

VOLUME II

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

[2.^a revisão do PDM]

Câmara Municipal de Alfândega da Fé



Ficha Técnica do Documento

Título:	Programa de Execução
Descrição:	Documento que apresenta o Programa de Execução da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé, dando cumprimento à alínea c) do n.º 2 do artigo 97.º do RJIGT.
Data de produção:	7 de abril de 2021
Data da última atualização:	03 de junho de 2025
Versão:	Versão 05
Desenvolvimento e produção:	Planum, Assessorias e Projetos, Lda.
Equipa:	Ricardo Almendra Coordenador do projeto – Geógrafo Célia Mendes Gestora do projeto – Geógrafo Márcia Filha Arquiteta Urbanista Helena Corrêa Engenheira Agrónoma Manuel Miranda Consultor externo
Código de documento:	254
Estado do documento	Versão final (para aprovação em Assembleia Municipal).
Código do Projeto:	011040101
Nome do ficheiro digital:	0401_prog_execucao_v05

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I – PROGRAMA DE EXECUÇÃO	5
I1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	5
I2 MODELO TERRITORIAL.....	8
I21 Modalidades de execução	8
I22 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.....	10
I23 Áreas de Reabilitação Urbana	15
I24 Ações/Intervenções previstas	15

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Objetivos estratégicos da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé.....</i>	<i>6</i>
--	----------

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Quadro síntese das UOPG.....</i>	<i>10</i>
<i>Quadro 2 – Ações e intervenções da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé: UOPG</i>	<i>17</i>
<i>Quadro 3 - Ações e intervenções da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé: áreas a infraestruturar.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 4 – Ações e intervenções da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé: manutenção e remodelação dos sistemas AA e AR</i>	<i>23</i>
<i>Quadro 5 - Ações e intervenções da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé: Outras ações (GOP)</i>	<i>27</i>

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Programa de Execução da 2.^a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Alfândega da Fé, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 97.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

As autarquias, no âmbito das suas competências de elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), têm a necessidade de identificar e programar cenários de atuação. Este facto exige dos municípios um maior rigor na programação e financiamento das intervenções, definindo as prioridades, pela sua importância e contributo na concretização do modelo e da estratégia municipal de desenvolvimento preconizado para o seu território.

Nos termos da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual), a programação da execução de um plano deve conter (n.º 1 do artigo 56.º):

- *“a) A explicitação dos respetivos objetivos e a identificação das intervenções consideradas estratégicas ou estruturantes;*
- *b) A descrição e a estimativa dos custos individuais e da globalidade das ações previstas bem como dos respetivos prazos de execução;*
- *c) A ponderação da respetiva sustentabilidade ambiental e social, da viabilidade jurídico-fundiária e da sustentabilidade económico-financeira das respetivas propostas;*
- *d) A definição dos meios, dos sujeitos responsáveis pelo financiamento da execução e dos demais agentes a envolver;*
- *e) A estimativa da capacidade de investimento público relativa às propostas, tendo em conta os custos da sua execução.”*

A programação da execução estabelece, para além das ações tendentes à sua execução, o modo e os prazos em que estas se processam e identifica os responsáveis pela execução e respetivas responsabilidades.

O presente documento identifica as intervenções de iniciativa ou responsabilidade municipal ou da administração central, necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento instituída pelo plano, e demonstra a forma como serão executadas, tanto no âmbito territorial, como no financeiro, indicando as intervenções municipais e os meios de financiamento.

CAPÍTULO I – PROGRAMA DE EXECUÇÃO

O enquadramento legal instituído pelo RJIGT estabelece que o PDM, enquadrado no modelo de organização do território que define, terá de ser acompanhado por um “*programa de execução, contendo, designadamente, as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas a longo prazo*” (alínea c) do n.º 2 do artigo 97.º do RJIGT).

A programação da execução do PDM é estabelecida pela Câmara Municipal através da inscrição de ações no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano das Atividades Municipais, em sede das Grandes Opções do Plano Municipal, para concretização dos objetivos estratégicos e gerais do PDM.

O plano é objeto de monitorização permanente com o objetivo de avaliar a execução, e se necessário a adequação dos objetivos à prossecução dos desígnios territoriais, que podem conduzir à adoção de eventuais propostas de alteração ou de revisão do Plano.

Assim, é importante que o PDM demonstre a forma como irão ser executadas as intervenções previstas e necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento preconizada, tanto a nível territorial, como a nível financeiro.

11 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Relatório do Estado do Ordenamento do Território produzido conclui que as dinâmicas territoriais, nomeadamente as dinâmicas urbanas, não foram suficientemente expressivas ao ponto de serem revistos os objetivos propostos para a 1.ª revisão. Desta forma a pertinência da 2.ª revisão do PDM é de (re)olhar para o seu conteúdo numa atitude crítica, não de questionar diretamente a estratégia e as opções do PDM em vigor (porque o tempo decorrido é ainda curto para transformação mais profunda e substantiva), mas de ajustamento do Plano, tentando assim favorecer o seu desempenho enquanto documento operativo e de quotidiano e documento influenciador da melhor ocupação e transformação do solo.

A presente revisão do PDM de Alfândega da Fé ocorre, sobretudo, pela necessidade de adaptação ao enquadramento legal estabelecido pela LBPPSOTU e visa incluir as regras de classificação e qualificação estabelecidas pelo RJIGT e os critérios de classificação, reclassificação e qualificação do solo definidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, com transposição obrigatória para o PDM, ao nível do solo rústico e do solo urbano.

É vontade do Município de Alfândega da Fé que o planeamento territorial municipal a empreender continue na aposta na:

- Competitividade (valorizar as vantagens já adquiridas);
- Mudança (potenciar as oportunidades externas ao município);

- Sustentabilidade (conservar os recursos endógenos, territoriais e humanos);
- Coesão (contrariar as grandes debilidades).

Desta forma, dever-se-á prosseguir com a estratégia de desenvolvimento que tem sido assumida, na perspetiva da execução efetiva das suas propostas, podendo-se, contudo, aproveitar a oportunidade para introduzir melhorias e ajustes de encontro a uma implementação mais eficiente. Neste pressuposto, dever-se-á prosseguir com a estratégia de desenvolvimento que tem sido assumida técnica e politicamente, na perspetiva da execução efetiva das suas propostas.

Figura 1 – Objetivos estratégicos da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé



1. Melhoria das condições de vida

O Município de Alfândega da Fé deve implementar um conjunto de medidas com vista a reverter o decréscimo populacional, acompanhado por um generalizado envelhecimento da população residente. Para isso, é imperativo que promova a economia local, de forma a aumentar a oferta de emprego, e se aumente o número de alojamentos disponíveis para venda e arrendamento e benefícios fiscais para quem se fixar no concelho.

2. Preservação e potenciação dos recursos naturais e culturais

O concelho tem inúmeros recursos potenciadores do desenvolvimento de atividades económicas, quer ao nível do desenvolvimento do setor primário, quer ao nível do desenvolvimento do setor turístico. Cada vez mais se aposta na articulação destes dois setores de atividades como setores complementares e potenciadores de sinergias profícuas, e, portanto, é fundamental para o desenvolvimento do concelho a promoção da paisagem e dos recursos naturais existentes, como recurso turístico de valor acrescentado, a revitalização dos usos e costumes, das manifestações culturais e tradicionais, a promoção dos produtos endógenos, como é caso da cereja, amêndoa, azeitona e a castanha.

3. Revitalização e diversidade económica

Pretende-se reforçar o espírito criativo, inovador e empreendedor, associado à qualificação contínua da população e na aposta nos recursos endógenos singulares. A par disso é importante o desenvolvimento de áreas de localização empresarial com as infraestruturas necessárias que permitam o desenvolvimento dos setores económicos com maior potencialidade, para um território mais competitivo e qualificado.

Para tal, é fundamental criar as condições necessárias para o desenvolvimento económico gerado a partir dos recursos naturais, como por exemplo o desenvolvimento do setor agrícola tirando-se o máximo de partido das infraestruturas criadas pelos projetos hidroagrícolas já implementados e/ou que possam vir a ser implementados, ou o desenvolvimento do setor energético através da exploração das energias renováveis eólica (serra de Bornes), solar (térmica e fotovoltaica) e hídrica.

4. Reabilitação urbanística dos aglomerados urbanos e qualificação ambiental do território

No concelho de Alfândega da Fé deverá apostar-se na requalificação do edificado e do espaço público, aumento do nível de acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida e pela aposta na mobilidade sustentável (modos suaves, transportes públicos).

Nesta sequência deverá dar-se continuidade ao processo do programa estratégico de reabilitação urbana da Zona Histórica de Alfândega da Fé, que visa regenerar a zona mais atingida do concelho. É ainda intenção do Município criar uma área de reabilitação urbana em cada aldeia do concelho, com respetiva operação de reabilitação urbana e programa estratégico de reabilitação urbana, com vista a melhorar o parque edificado, espaço público e a acessibilidade as aldeias.

5. Otimização dos sistemas urbanos

A melhoria das condições de vida das populações, depende em grande medida do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas. Igualmente, uma forma de garantir a coesão no concelho é na melhoria dos setores das áreas da saúde e da educação, para o qual este concelho apresenta um índice de profissionais de saúde abaixo da média da região e sub-região e do qual é necessário melhorar os serviços.

Neste âmbito é inevitavelmente o reforço e modernização das infraestruturas básicas, de forma a suprimir algumas das disfunções ambientais que ainda se encontram presentes no território concelhio, e ainda adaptar a capacidade de resposta dos equipamentos coletivos às necessidades da população.

12 MODELO TERRITORIAL

O modelo territorial que é consubstanciado no plano, nomeadamente no seu regulamento e plantas de ordenamento, assenta num modelo espacial para o concelho que, dando resposta ao legalmente exigido para um instrumento desta natureza, reflete a visão e os objetivos anteriormente apresentados.

121 MODALIDADES DE EXECUÇÃO

A operacionalização da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé decorrerá a partir da execução de um conjunto de propostas, que deverão ser exequíveis em investimentos, dando lugar à elaboração de um programa de investimentos que sistematiza todas as propostas e enuncia o seu faseamento temporal e, bem como, à identificação dos meios de financiamento mobilizáveis para a execução das propostas, além da indicação das entidades a envolver na implementação deste Plano.

Como previsto na legislação, a execução do PDM poderá ser concretizada da seguinte forma:

- Sistemática: mediante programação municipal de operações urbanísticas integradas, no âmbito de unidades de execução.
- Não sistemática: sem necessidade de prévia delimitação de unidades de execução, através das operações urbanísticas apropriadas à natureza e dimensão da intervenção e à inserção desta no tecido urbano envolvente, a realizar nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

As áreas com execução programada no Plano correspondem às seguintes situações:

- a) As áreas a infraestruturar identificadas e delimitadas na planta de ordenamento, caracterizadas pela existência de uma estrutura urbana definida por arruamentos que garantem a acessibilidade aos edifícios que os marginam, mas ainda não dotadas da totalidade dos sistemas públicos de infraestruturas básicas de abastecimento e drenagem. Estes espaços devem ser objeto de dotação dos sistemas ou redes de infraestruturas em falta até ao final dos prazos estabelecidos no Quadro 3.
- b) As UOPG, que devem ser concretizadas através das formas e instrumentos de planeamento e execução estabelecidos para cada um a nos respetivos termos de referência constantes no Regulamento e até ao final dos prazos estabelecidos no Quadro 2.

Nas UOPG, a aplicação do Plano processa-se por execução sistemática, exceto nos seguintes casos:

- a) Quando se verificarem as condições cumulativas a seguir enunciadas e a Câmara Municipal considere que, face às mesmas, se torna desnecessária, para a execução do Plano à luz dos seus objetivos, a delimitação de unidade de execução, podendo nesse caso a execução concretizar-se através de operação urbanística isolada:

- i) A área abrangida pela operação cumpra os critérios materiais estabelecidos no número 1 do artigo seguinte para a delimitação de uma unidade de execução;
 - ii) Seja dispensável a aplicação de mecanismos perequativos, em virtude de a operação não ser geradora de desigualdades de benefícios ou encargos que os justifiquem;
- b) Operações urbanísticas relativas a prédios que se encontrem em qualquer das seguintes situações, e desde que estejam servidos das infraestruturas urbanísticas legalmente exigíveis e seja considerado que as soluções propostas asseguram uma correta articulação formal e funcional com o solo urbano consolidado e não prejudicam o ordenamento urbanístico da área envolvente ou sobrante:
- i) Prédios na situação de colmatação;
 - ii) Prédios confinantes com via pública habilitante que possuam estrema comum com prédio onde já exista edifício em situação legal;
 - iii) Prédios confinantes com via pública habilitante que se situem em contiguidade com o solo urbano consolidado.

A execução do Plano adota a forma não sistemática nas áreas de solo urbano e de solo rústico não integradas nas UOPG, e nas situações de exceção referidas anteriormente.

A indisponibilidade das obras ou sistemas de infraestruturação em falta nas Áreas a Infraestruturar, às datas em que se esgotem os prazos referidos no Quadro 3 e Planta de Ordenamento III, determina a suspensão total da viabilização de novos edifícios ou da ampliação dos existentes, a perdurar até ao momento em que cesse tal indisponibilidade.

A não concretização total ou parcial, até ao final dos prazos estabelecidos no Quadro 2 das UOPG que se localizam em solo urbano, determina automaticamente a caducidade total ou parcial da classificação como solo urbano da área ou áreas de território nelas incluídas que, à data de esgotamento do referidos prazos, não cumpram os requisitos materiais legalmente exigidos para a sua classificação como solo urbano. A situação de caducidade da classificação como solo urbano a que se refere o número anterior tem como efeitos:

- a) O imediato impedimento de realização, na área ou áreas em causa, de quaisquer operações urbanísticas ou transformações do uso do solo que apenas seriam admissíveis à luz daquela classificação;
- b) A abertura de procedimento de alteração do presente plano tendo em vista a reclassificação como solo rústico da área ou áreas em causa, com a sua integração na categoria ou subcategoria de solo rústico com que confinem em maior extensão.

Determina também automaticamente a caducidade total ou parcial da classificação como solo urbano das áreas identificadas na planta de ordenamento como “Áreas a Consolidar com Prazo Associado” em que, decorridos 5 anos a contar da data de entrada em vigor do presente Plano, não tenha ocorrido edificação suficiente para garantir o cumprimento dos critérios de densificação e distribuição do edificado que sejam exigidos para a manutenção da sua classificação como solo urbano. Para estes casos, terá igualmente que se proceder à abertura de procedimento de

alteração do presente plano tendo em vista a reclassificação como solo rústico da área ou áreas em causa, com a sua integração na categoria ou subcategoria de solo rústico com que confinem em maior extensão.

Importa esclarecer que nos casos em que existe a sobreposição de 'Áreas a Infraestruturar' com "Áreas a Consolidar com Prazo Associado", o prazo a aplicar para a análise de uma possível reclassificação para solo rústico, será o mais longo.

A Câmara Municipal pode a todo o tempo promover por sua iniciativa, nos termos da lei, a delimitação de unidades de execução a cujas disposições ficarão subordinadas as operações urbanísticas a levar a cabo nos prédios por elas abrangidos, sempre que entenda que as intervenções devam ser suportadas por uma solução de conjunto, designadamente por implicarem a reestruturação fundiária, a abertura de novos arruamentos ou a disponibilização de espaços para áreas verdes e para equipamentos coletivos, ou ainda por exigirem a aplicação de mecanismos perequativos para a redistribuição de encargos e benefícios entre os intervenientes.

A definição da forma de execução do modelo territorial prevista no presente plano, conta ainda com outros instrumentos de planeamento (planos de pormenor/urbanização e operações de reabilitação urbana em vigor e/ou em elaboração), que estruturam um pensamento mais detalhado sobre pequenas áreas do território e contribuem para concretizar alguns dos objetivos estratégicos definidos.

122 UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), correspondem a um conjunto de áreas territoriais com uma identidade urbana e geográfica, apresentando uma significativa autonomia funcional e constituindo as unidades territoriais de referência para efeitos de gestão municipal. Por norma, as UOPGs são um mecanismo através do qual o PDM propõe uma ocupação específica de uma parte do território concelhio garantindo que ela se processe de forma regrada e de acordo com os objetivos globais do Plano.

Na proposta de plano foram delimitadas 13 UOPGs, e cujos termos de referência estão definidos no Anexo VI do Regulamento, e o prazo para a sua execução estabelecido no Quadro 2. A seguir apresenta-se um quadro síntese que identifica a forma de execução, as condições de edificabilidade, e os objetivos das UOPG.

Quadro 1 – Quadro síntese das UOPG

Forma de Execução	Concretizada, e em articulação com os proprietários de solo abrangidos, através de unidades de execução e/ou operações urbanísticas isoladas que cumpram as condições para se enquadrarem no disposto nas alíneas a) ou b) do número 2 do artigo 83º do Regulamento, a desenvolver de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, preferentemente enquadradas por diretrizes de estruturação espacial da totalidade da sua área previamente estabelecidas pelo Município.	Todas as UOPG
--------------------------	--	---------------

Condições de ocupação e parâmetros urbanísticos	i) Índice de utilização máximo de 0,20 m²/ m² aplicado à área total da UOPG subtraída da área ocupada pelo plano de água da albufeira correspondente ao nível de pleno armazenamento (NPA), a cumprir pelo conjunto de todas as componentes edificadas afetas às valências funcionais a instalar; ii) Edifícios com um número máximo de 1 piso acima da cota de soleira e dimensão vertical de fachada não superior a 4,5 metros, nas restantes edificações; iii) Índice de impermeabilização máximo de 25% aplicado à área total da UOPG;	UOPG 1
	i) Índice de utilização máximo de 0,20 m²/ m² aplicado à área total da UOPG subtraída da área ocupada pelo plano de água da albufeira correspondente ao nível de pleno armazenamento (NPA), a cumprir pelo conjunto de todas as componentes edificadas afetas às valências funcionais a instalar; ii) Edifícios com um número máximo de 1 piso acima da cota de soleira e dimensão vertical de fachada não superior a 4,5 metros; iii) Índice de impermeabilização máximo de 25% aplicado à área total da UOPG; iv) Soluções de projeto e condições de funcionamento que garantam que as ações, construções e atividades a levar a cabo não colidem ou interferem com as infraestruturas do aproveitamento hidroagrícola nem com as respetivas faixas de proteção; v) Construções e instalações fixadas estruturalmente ao solo implantadas a cota superior ao Nível de Máxima Cheia (NMC = 222,5 m); vi) Soluções técnicas para os sistemas de drenagem de águas residuais que impeçam garantidamente a ocorrência de descargas dos efluentes no meio líquido ou no solo; vii) Delimitação e sinalização, no plano de água, das zonas de uso balnear de recreio e lazer, incluindo as destinadas ao uso de embarcações a remos, com localizações suficientemente afastadas dos órgãos e equipamentos de funcionamento da barragem e da conduta de entrega de água da albufeira de Santa Justa na albufeira do Salgueiro; Condições de fruição e funcionamento da Área de Recreio e Lazer: i) A utilização do plano de água da albufeira para a zona balnear ou para quaisquer outras atividades lúdicas, fica sempre condicionada aos volumes de água autorizados a captar para rega e às exigências decorrentes de situações de seca ou de escassez hídrica;	UOPG 2

	ii) Só pode ser autorizada a utilização de embarcações de recreio a remos, sendo interdito o uso de barcos a motor ou de outras formas motorizadas de navegação;	
	i) Índice de utilização máximo de 0,20 m²/ m² aplicado à área total da UOPG subtraída da área ocupada pelo plano de água da albufeira correspondente ao nível de pleno armazenamento (NPA), a cumprir pelo conjunto de todas as componentes edificadas afetas às valências funcionais a instalar; ii) Edifícios com um número máximo de 2 pisos acima da cota de soleira e dimensão vertical de fachada não superior a 9,0 metros, no caso de serem afetos a empreendimentos turísticos; iii) Edifícios com um número máximo de 1 piso acima da cota de soleira e dimensão vertical de fachada não superior a 4,5 metros, nos restantes casos; iv) Índice de impermeabilização máximo de 25% aplicado à área total da UOPG;	UOPG 3
	i) Índice de utilização máximo de 0,20 m²/ m² aplicado à área total da UOPG subtraída da área ocupada pelo plano de água da albufeira correspondente ao nível de pleno armazenamento (NPA), a cumprir pelo conjunto de todas as componentes edificadas afetas às valências funcionais a instalar; ii) Edifícios com um número máximo de 2 pisos acima da cota de soleira e dimensão vertical de fachada não superior a 9,0 metros, no caso das edificações afetas ao empreendimento turístico e à habitação do promotor; iii) Edifícios com um número máximo de 1 piso acima da cota de soleira e dimensão vertical de fachada não superior a 4,5 metros, nas restantes edificações; iv) Índice de impermeabilização máximo de 25% aplicado à área total da UOPG;	UOPG 4
	i) Índice de utilização máximo de 0,20 m²/m² aplicado à área total da UOPG, a cumprir pelo conjunto de todas as componentes edificadas afetas às valências funcionais a instalar; ii) Edifícios com um número máximo de 1 piso acima da cota de soleira e dimensão vertical de fachada não superior a 4,5 metros; iii) Índice de impermeabilização máximo de 25% aplicado à área total da UOPG;	UOPG 5
	i) Edificabilidade média da UOPG: IUm de 0,70 m²/ m² aplicado à sua área total; ii) Cedência média da UOPG: resultante da aplicação do índice de cedência de 0,35 m²/ m² de área de construção;	UOPG 6

	iii) Restantes parâmetros: os estabelecidos na secção VI do capítulo V para a categoria de espaços de atividades económicas;	
	i) Edificabilidade média da UOPG: IUm de 0,55 m ² / m ² aplicado à sua área total; ii) Cedência média da UOPG: resultante da aplicação do índice de cedência de 0,55 m ² / m ² de área de construção; iii) Restantes parâmetros: os estabelecidos na secção III do capítulo V para a categoria de espaços urbanos de baixa densidade;	UOPG 7 UOPG 8 UOPG 9 UOPG 10 UOPG 11 UOPG 12
	As estabelecidas na secção VI do capítulo IV para a categoria de espaços de ocupação turística do solo rústico, em articulação com o cumprimento de todos os condicionamentos e requisitos legalmente exigidos no que respeita à prevenção e proteção contra incêndios rurais.	UOPG 13
Objetivos	Promover a estruturação espacial e a infraestruturação da área abrangida pela UOPG enquanto zona balnear de recreio e lazer, incluindo as valências de praia, ancoradouro, restauração e bebidas, empreendimentos turísticos, instalações de apoio às atividades náuticas e à fruição da margem da albufeira e respetivos equipamentos complementares.	UOPG 1 UOPG 2 UOPG 3 UOPG 4
	Promover a estruturação espacial e a infraestruturação da área abrangida pela UOPG enquanto zona de recreio e lazer assente numa gestão florestal sustentável e no fomento da multifuncionalidade e da biodiversidade, incluindo Parque Micológico com centro interpretativo, mobiliário urbano, sinalética e instalações de apoio ao desporto/aventura na natureza.	UOPG 5
	Reforço de funções de apoio à área empresarial de vocação industrial existente (central de compras com interposto frigorífico, centro de investigação agroalimentar, unidade de embalamento e expedição; unidade de apoio com restauração e bebidas, posto de abastecimento de combustíveis e estacionamento; lotes para empresas/indústrias de índole diversificada).	UOPG 6
	Promover uma estruturação espacial consistente da área abrangida pela UOPG e a respetiva infraestruturação.	UOPG 7 UOPG 8 UOPG 9 UOPG 11 UOPG 12
	Promover uma estruturação espacial que conjugue três componentes: a) valorização do espaço público (zona de lazer associada à envolvente da capela de Santo Amaro, de apoio à visita das pinturas murais neste imóvel a propor para classificação patrimonial como "Interesse Público"); b) reabilitação da maioria dos imóveis da	UOPG 10

	aldeia, através da iniciativa privada, destinando-os a empreendimento de turismo em espaço rural, particularmente casas de campo (que são a tipologia adequada para o espaço urbano); c) infraestruturação global.	
	Possibilitar a estruturação urbanística da área abrangida pela UOPG, nomeadamente ao nível da infraestruturação de apoio ao turismo, sendo admissíveis as tipologias de estabelecimento hoteleiro, aldeamento turístico ou conjunto turístico, e devendo garantir a adoção de meios de minimização do risco de incêndio.	UOPG 13

123 ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

Por área de reabilitação urbana, designa-se a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.

A Assembleia Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 30/09/2024, foram aprovadas 30 ARU no concelho de Alfândega da Fé, com vista a possibilitar o acesso aos benefícios fiscais inerentes às ARU, e, assim, estimular a recuperação do património edificado no meio rural. Na Planta de Ordenamento III encontram-se identificadas espacialmente as referidas áreas.

Os critérios para a delimitação das ARU teve por base o perímetro urbano em vigor e o proposto na presente revisão do PDM, abrangendo assim os espaços urbanos consolidados dos aglomerados populacionais e onde existem continuidade do edificado. Esta delimitação revela-se fundamental para a alavancagem dos processos de reabilitação urbana, orientados para produzir efeitos aos nível da qualificação urbanística, ambiental e patrimonial do espaço, assim como também para promover as condições que permitam estimular o desenvolvimento económico e a coesão social no território concelhio.

Estes instrumentos revelam-se de particular importância para a execução do PDM uma vez que, estabelecendo objetivos comuns aos previstos para o presente plano, beneficiam de ferramentas e mecanismos financeiros específicos que permitem efetivar as ações e os programas definidos.

124 AÇÕES/INTERVENÇÕES PREVISTAS

Neste seguimento, no presente programa de execução, contém, designadamente, disposições indicativas sobre a execução das ações/intervenções previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.

As ações a desenvolver resultam de compromissos já assumidos e contratualizados, de compromissos assumidos com outras entidades exteriores ao concelho e de um conjunto de investimentos e obras que integram a estratégia de desenvolvimento para os próximos 10 anos. A programação das intervenções, enquanto geradoras das dinâmicas que se pretendem implementar, devem ser escalonadas no tempo, em função das prioridades e oportunidades de concretização, face os objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos em sede de PDM.

Atualmente, a principal preocupação dos municípios do interior é combater o êxodo rural, a desertificação provocada pela falta de oportunidades e de emprego. Desta forma, a proposta da RPDM pretende suprimir algumas das necessidades expressas pela população de Alfândega da Fé, oferecendo mais espaços para a sua fixação, porém sempre no prisma de contenção urbana e que a expansão urbana ocorra para a continuidade do existente. Infelizmente, os municípios de baixa densidade, como é o caso de Alfândega da Fé, não possuem verbas próprias para dar resposta a todas as necessidades, por esse motivo estão fortemente dependentes dos programas de apoio

financeiro nacionais e europeus. Desta forma, os prazos das ações/intervenções propostos estão em consonância com os horizontes dos fundos que se antevê que possam apoiar na infraestruturação.

Esta proposta não deixou de ter em consideração as limitações financeiras impostas ao município, no âmbito do Plano de Reequilíbrio Financeiro e do quadro de fortes restrições económicas que o país atravessa e às quais o município não é alheio.

A listagem das ações e intervenções programadas estrutura-se de acordo com oito domínios:

- Âmbito da Ação: identifica o tipo e origem da ação, identificando se advém de UOPG, Grandes Opções do Município, programas das Juntas de Freguesia, entre outros;
- Título da Ação: na qual se indica a denominação do título que a identificará nos vários documentos a desenvolver, acrescida de uma pequena nota explicativa;
- Entidade promotora da ação: identificação da entidade, dependendo do seu carácter, designadamente público ou privado, geral ou setorial, singular/individual ou coletivo;
- Estimativa orçamental: onde se identificam os custos médios previstos;
- Financiamento: onde se identificam as respetivas fontes de financiamento da ação, efetuando-se a distinção entre financiamento Municipal, Junta de Freguesia, da Administração Central/Estado, Fundos Comunitários e Privados;
- Período de execução da ação programada: aferida em conjugação com a leitura do território realizada e a fonte de financiamento alcançada;
- Grau de prioridade: exposição do grau de prioridade da ação/intervenção, podendo apresentar os seguintes níveis:
 - I – prioridade alta: 2025 – 2029
 - II – prioridade média: 2027 – 2029
 - III – prioridade baixa: 2030 – 2034
 - IV – contínuo: 2025 – 2034

Esta listagem descrita no quadro seguinte, surge como referência às propostas a apresentar para o Plano Plurianual de Investimentos do Município, devendo, anualmente, ser objeto de estudo e avaliação para a seleção dos investimentos e ações a realizar no ano seguinte e posteriormente ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal para incorporação no Plano Plurianual de Investimentos do Município.

Assim, julga-se garantir a coerência e ajustamento da programação do Plano com os seus objetivos e estratégia, dotando-se este instrumento de planeamento de um fio condutor de atuação, dinamismo e flexibilidade que se compatibiliza com o momento (e não se cristaliza no tempo, cada vez mais sujeito a mudanças e alterações).

Quadro 2 – Ações e intervenções da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé: UOPG

ÂMBITO DA AÇÃO	TÍTULO DA AÇÃO	ENTIDADE PROMOTORA	ORÇAMENTO	FINANCIAMENTO	PERÍODO DE EXECUÇÃO		PRIORIDADE
			9 260 000,00 €				
<i>Programação do Solo: UOPG 1</i>	UOPG 1 Área de Recreio e Lazer da Estevaíinha, Sambade / Alfândega da Fé	Município / Particular	800 000,00 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
<i>Programação do Solo: UOPG 2</i>	UOPG 2 Área de Recreio e Lazer do Salgueiro, Vilarelhos	Municipal / Junta de Freguesia	200 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa
<i>Programação do Solo: UOPG 3</i>	UOPG 3 Área de Recreio e Lazer do Santo Antão da Barca, Cerejais	Município / Movhera (medidas de compensação da DIA - Albufeira do Baixo Sabor)	2 500 000,00 €	Particular / Outros	2027	2029	Média
<i>Programação do Solo: UOPG 4</i>	UOPG 4 Área de Recreio e Lazer da Quinta do Corço, Cerejais	Particular	200 000,00 €	Particular	2030	2034	Baixa

ÂMBITO DA AÇÃO	TÍTULO DA AÇÃO	ENTIDADE PROMOTORA	ORÇAMENTO	FINANCIAMENTO	PERÍODO DE EXECUÇÃO		PRIORIDADE
<i>Programação do Solo: UOPG 5</i>	UOPG 5 Área de Recreio e Lazer de Alvazinhos, Alfândega da Fé	Município	400 000,00 €	Compete 2020 / Municipal	2025	2029	Alta
<i>Programação do Solo: UOPG 6</i>	UOPG 6 Área Industrial e Empresarial, Alfândega da Fé	Contrato de Urbanização (Particular / Municipal)	2 000 000,00 €	Contrato de Urbanização (Particular / Municipal)	2030	2034	Baixa
<i>Programação do Solo: UOPG 7</i>	UOPG 7 Área de Urbanização da Quinta Nova, Alfândega da Fé	Município / Particular	550 000,00 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
<i>Programação do Solo: UOPG 8</i>	UOPG 8 Área de Urbanização, Picões	Particular	100 000,00 €	Particular	2030	2034	Baixa
<i>Programação do Solo: UOPG 9</i>	UOPG 9 Área de Urbanização, Vilarchão	Município / Particular	100 000,00 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
<i>Programação do Solo: UOPG 10</i>	UOPG 10 Área de Urbanização, Legoinha	Município	100 000,00 €	PT2030 / Municipal	2030	2034	Baixa

ÂMBITO DA AÇÃO	TÍTULO DA AÇÃO	ENTIDADE PROMOTORA	ORÇAMENTO	FINANCIAMENTO	PERÍODO DE EXECUÇÃO		PRIORIDADE
<i>Programação do Solo: UOPG 11</i>	UOPG 11 Área de Urbanização 1, Alfândega da Fé	Município / Particular	250 000,00 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
<i>Programação do Solo: UOPG 12</i>	UOPG 12 Área de Urbanização 2, Alfândega da Fé	Município / Particular	560 000,00 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
<i>Programação do Solo: UOPG 13</i>	UOPG 13 Área de Turismo do "Hotel-SPA Alfândega da Fé", Sambade	Particular	1 500 000,00 €	Particular	2027	2029	Média

Quadro 3 - Ações e intervenções da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé: áreas a infraestruturar

Ação / Intervenção				Entidade promotora	Orçamento		Período		Prioridade
Freguesia	Lugar	ID	Tipo		Estimativa	Financiamento	Início	Fim	
					424 975,74 €				
Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	Felgueiras	1	Rede de saneamento e abastecimento de água	Município / Particular	14 157,38 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Agrobom	2	Rede de saneamento	Município / Particular	13 084,92 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Chaira	3	Rede de saneamento	Município / Particular	5 210,84 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Alfândega da Fé	Manuja	4	Rede de abastecimento de água + arruamento	Município / Particular	11 512,46 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Quinta dos Pinheiros	5	Rede de saneamento e abastecimento de água + arruamento	Município / Particular	42 000,00 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Manuja	6	Rede de saneamento	Município / Particular	17 153,58 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Machado	7	Rede de saneamento	Município / Particular	14 622,35 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Vale do Abade	8	Rede de saneamento + arruamento	Particular	138 000,00 €	Particular	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	9	Rede de saneamento	Município / Particular	9 290,45 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Quinta dos Pinheiros	10	Rede de saneamento	Município / Particular	20 465,22 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Castelo	11	Rede de saneamento	Município / Particular	2 253,58 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa

Ação / Intervenção				Entidade promotora	Orçamento		Período		Prioridade
Freguesia	Lugar	ID	Tipo		Estimativa	Financiamento	Início	Fim	
					424 975,74 €				
Cerejais	Valdimar	12	Rede de saneamento e abastecimento de água	Município / Particular	3 860,51 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Eucísia, Gouveia e Valverde	Cabreira	13	Rede de saneamento	Município / Particular	2 606,73 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Quinta da Belavista	14	Rede de saneamento	Município / Particular	14 745,83 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Valverde	15	Rede de saneamento	Município / Particular	1 886,61 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Ferradosa e Sendim da Serra	Bouça Velha	16	Rede de saneamento e abastecimento de água	Município / Particular	7 212,31 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Picões	17	Rede de saneamento e abastecimento de água	Município / Particular	6 661,72 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Sendim da Serra	18	Rede de saneamento	Município / Particular	10 737,11 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Gebelim e Soeima	Gebelim	19	Rede de saneamento e abastecimento de água	Município / Particular	2 446,05 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Parada e Sendim da Ribeira	Subadouro	20	Rede de saneamento	Município / Particular	3 051,66 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
	Subadouro	21	Rede de saneamento	Município / Particular	5 669,18 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Pombal e Vales	Pombal	22	Rede de saneamento e abastecimento de água	Particular	31 533,08 €	Particular	2030	2034	Baixa
Sambade	Covelas	23	Rede de saneamento	Município / Particular	6 209,63 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa

Ação / Intervenção				Entidade promotora	Orçamento		Período		Prioridade
Freguesia	Lugar	ID	Tipo		Estimativa	Financiamento	Início	Fim	
					424 975,74 €				
Vilar Chão	Freixo	24	Rede de saneamento	Município / Particular	28 856,69 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Vilarelhos	Prado	25	Rede de saneamento e abastecimento de água	Município / Particular	10 082,22 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Vilares de Vilarça	Colmeais	26	Rede de saneamento	Município / Particular	1 665,63 €	Município / Particular	2030	2034	Baixa
Custos de manutenção/exploração									
AA - Subsistema do Sambade e Camba (incluindo amortizações)				Águas do Norte, S.A.	0,8889 EUR/m3	Águas do Norte, S.A.	2025	2034	Contínuo
AA - Subsistema do Sambade e Camba (excluindo amortizações)				Águas do Norte, S.A.	0,3141 EUR/m3	Águas do Norte, S.A.	2025	2034	Contínuo
ETAR de Alfândega da Fé (incluindo amortizações)				Águas do Norte, S.A.	0,3899 EUR/m3	Águas do Norte, S.A.	2025	2034	Contínuo
ETAR de Alfândega da Fé (excluindo amortizações)				Águas do Norte, S.A.	0,2514 EUR/m3	Águas do Norte, S.A.	2025	2034	Contínuo
ETAR de Sambade (incluindo amortizações)				Águas do Norte, S.A.	0,2192 EUR/m3	Águas do Norte, S.A.	2025	2034	Contínuo
ETAR de Sambade (excluindo amortizações)				Águas do Norte, S.A.	0,2186 EUR/m3	Águas do Norte, S.A.	2025	2034	Contínuo

Quadro 4 – Ações e intervenções da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé: manutenção e remodelação dos sistemas AA e AR

Ação / Intervenção				Entidade promotora	Orçamento		Período		
Freguesia	Lugar	Tipo	Tipo		Estimativa	Financiamento	Início	Fim	Prioridade
					6 797 979,39 €				
Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	Felgueiras	AA	Remodelação de RES	Município	7 950,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Agrobom	AA	Remodelação de 3 RES (Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro)	Município	23 850,00 €	Município	2030	2034	Baixa
Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	AA	Remodelação de Rede em Alfândega da Fé	Município	380 517,69 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	AA	Remodelação de Rede em Alfândega da Fé e RES	Município	194 475,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	AA	Perímetros das captações	Município	8 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	AA	Construção/Remodelação de 15 Km de adutora	Município	1 755 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	AA	Requalificação de 18 RES	Município	238 500,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	AA	Investimento de otimização a nível da Eficiência Hidrica e Energética	Município	500 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa

Ação / Intervenção				Entidade promotora	Orçamento		Período		
Freguesia	Lugar	Tipo	Tipo		Estimativa	Financiamento	Início	Fim	Prioridade
					6 797 979,39 €				
	Alfândega da Fé	AA	Remodelação da rede de distribuição em Picões, Ferradosa, Vilarelhos, Vilares da Vilarça, Sambade, Valpereiro, Cerejais e Eucísia	Município	950 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	AA	Sistema de telegestão a implementar nas redes de AA	Município	400 000,00 €	Município	2027	2029	Média
	Alfândega da Fé	AA	Remodelação de 7,1 Km de rede de Alfândega da Fé	Município	571 148,70 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	AR	Melhorar obra de entrada das ETAR(s) compactas no concelho	Município	140 000,00 €	Município	2027	2029	Média
	Alfândega da Fé	AR	Tratamento a jusante das ETAR(s) compactas no concelho	Município	100 000,00 €	Município	2027	2029	Média

Ação / Intervenção				Entidade promotora	Orçamento		Período		
Freguesia	Lugar	Tipo	Tipo		Estimativa	Financiamento	Início	Fim	Prioridade
					6 797 979,39 €				
	Alfândega da Fé	AA+AR+AP	Reabilitação das infraestruturas de abastecimento e drenagem de águas residuais da rua 13 de janeiro	Município	250 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé		Requalificação Piscinas Municipais	Município	150 000,00 €	Município	2027	2029	Média
	Alfândega da Fé	EV	Automatização do sistema de rega dos Espaços Verdes	Município	20 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Alfândega da Fé	AR	Eficiência energética ETAR(s)	Município	250 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Cerejais	ApR	Condução de Rega entre Alfândega da Fé e os Cerejais (4969m)	Município	40 000,00 €	Junta de Freguesia	2027	2029	Média
Eucísia, Gouveia e Valverde	Santa Justa	AR	Construção de Fossa Sética e 1,6 Km de emissário	Município	94 000,00 €	Município	2027	2029	Média
	Cabreira	AR	Remodelação da ETAR	Município	40 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa
Gebelím e Soelma	Gebelím	AA	Remodelação de 2 RES	Município	15 900,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Gebelím	AR	Remodelação de ETAR e 0,1 Km de emissário	Município	18 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa

Ação / Intervenção				Entidade promotora	Orçamento		Período		
Freguesia	Lugar	Tipo	Tipo		Estimativa	Financiamento	Início	Fim	Prioridade
					6 797 979,39 €				
	Soeima	AA	Construção do Reservatório de Soeima	Município	176 788,00 €	Município	2030	2034	Baixa
Parada e Sendim da Ribeira	Parada	AA	Remodelação de 3 RES (Vilarchão, Parada e Sendim da Ribeira)	Município	23 850,00 €	Município	2030	2034	Baixa
	Sardão	AA	Construção de RES (sardão)	Município	50 000,00 €	Município	2027	2029	Média
Sambade	Sambade	AA	Reforço do Abastecimento de Água a Sambade	Município	250 000,00 €	Município	2027	2029	Média
	Vila Nova	AR	Construção de Fossa Sética e 0,3 Km de emissário	Município	60 000,00 €	Município	2027	2029	Média
Vilar Chão	Vilarchão	AR	Construção da EEAR e 0.3 Km de rede	Município	50 000,00 €	Município	2027	2029	Média
Vilares de Vilariça	Vilares da Vilariça	AR	Construção de ETAR	Município	40 000,00 €	Município	2027	2029	Média

Quadro 5 - Ações e intervenções da 2.ª revisão do PDM de Alfândega da Fé: Outras ações (GOP)

1.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			Estimativa	Financiamento	Período		Prioridade
1.1.	URBANISMO			8 851 499,30 €		Início	Fim	
a) GOP-MAF	INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	Município	41 000,00 €	Município	2025	2034	Contínuo
b) GOP-MAF	Reabilitação de Infraestruturas do Bairro Valetelheiro – Alfândega da Fé (candidatura POSEUR) (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Reabilitação de Infraestruturas do Bairro Valetelheiro – Alfândega da Fé	Município	2 733 393,65 €	PT2030 / Município	2027	2029	Média
c) GOP-MAF	PARU - Reabilitação da "Casa do Arcebispo D.José de Moura"	Reabilitação da "Casa do Arcebispo D. José de Moura" para Museu Municipal	Município	764 312,49 €	FEDER(85%) / Município	2025	2029	Alta
d) GOP-MAF	Felgueiras - aldeia da biosfera - projeto de reabilitação do espaço público - mobilidade e acessibilidade para todos	Reabilitação do espaço público da Aldeia da Biosfera (Felgueiras)	Município	83 793,16 €	Fundo (85%) / Município	2025	2029	Alta

	(OUTROS INVESTIMENTOS)							
e) GOP-MAF	Requalificação do centro na localidade de Picões (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Requalificação do centro na localidade de Picões	Município	200 000,00 €	Município	2027	2029	Média
f) GOP-MAF	Reabilitação Quartel GNR (OUTROS)	Reabilitação do Quartel da GNR	Estado - MAI	500 000,00 €	Estado	2027	2029	Média
g) DUA	Constituição de ARU's em todas as localidades do concelho	Operações de Reabilitação Urbana (intervensões de âmbito urbanístico / desenho urbano / qualificação urbana) relativas às ARU's em todas as localidades do concelho	Município	3 000 000,00 €	PT2030	2027	2029	Média
h) Gab. Candidaturas	Reabilitação Energética do edifício da antiga Pré (Alfândega da Fé)	Reabilitação do edifício da antiga Escola Pré-primária (Alfândega da Fé)	Município	250 000,00 €	PT2030	2027	2029	Média
i) Gab. Candidaturas	Reabilitação Energética do edifício da AICAF (Alfândega da Fé)	Reabilitação do edifício da Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé (Alfândega da Fé)	Município	60 000,00 €	PT2030	2027	2029	Média
j) Programa JF	Candidatura ao saneamento, rede de águas e arranjo urbanístico da Av. Mártir S. Sebastião, Rua Direita	Arranjo Urbanístico da Av. Mártir S. Sebastião, Rua Direita e Rua do Santuário (Cerejais)	JF Cerejais	400 000,00 €	PT2030 / Norte2030	2027	2029	Média

	e Rua do Santuário (Cerejais)							
k) Programa JF	Requalificação da rua entre a Avenida Camilo Mendonça e os Altos dos Barreiros (Vilarelhos)	Requalificação da rua entre a Avenida Camilo Mendonça e os Altos dos Barreiros (Vilarelhos)	JF Vilarelhos	10 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média
l) Programa JF	Melhorar a eficiência energética do edifício da JF (Sambade)	Melhorar a eficiência energética do edifício da JF (Sambade)	JF Sambade, Covelas e Vila Nova	75 000,00 €	PT2030 / PRR	2027	2029	Média
m) Programa JF	Requalificação da Praça Dr. João Triho, rua da Barreira e Escola Primária (Picões)	Requalificação da Praça Dr. João Triho, rua da Barreira e Escola Primária (Picões)	JF Ferradosa e Sendim da Serra	300 000,00 €	PT2030/PDR2020	2027	2029	Média
n) Programa JF	Melhoramento do acesso e zona envolvente à capela de Santa Bárbara (Picões)	Melhoramento do acesso e zona envolvente à capela de Santa Bárbara (Picões)	JF Ferradosa e Sendim da Serra	5 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
o) Programa JF	Remodelação do edifício da Junta de Freguesia (Alfândega da Fé)	Remodelação do edifício da Junta de Freguesia (Alfândega da Fé)	JF Alfândega da Fé	100 000,00 €	PT2030 / PRR	2027	2029	Média
p) Programa JF	Requalificação do edifício da Casa do Povo (Sendim da Ribeira)	Requalificação do edifício da Casa do Povo (Sendim da Ribeira)	JF Parada e Sendim da Ribeira	5 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
q) Programa JF	Requalificação do edifício da Junta de Soeima	Requalificação do edifício da Junta de Soeima	JF Gebelim e Soeima	130 000,00 €	PDR2020	2025	2029	Alta
r) Programa JF	Requalificação da Escola Primária e zona envolvente (Saldonha)	Requalificação da Escola Primária e zona envolvente (Saldonha)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereiro)	70 000,00 €	PT2030/PRR	2027	2029	Média

s) Programa JF	Arranjo do Largo do Terreiro (Saldonha)	Arranjo do Largo do Terreiro (Saldonha)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereiro	5 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média
t) Programa JF	Restauro das casas de banho, tanques e antiga fonte (Saldonha)	Recuperação das instalações sanitárias de apoio, dos tanques e da antiga fonte (Saldonha)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereira	12 500,00 €	PT2030/PRR	2030	2034	Baixa
u) Programa JF	Requalificação da Escola Primária e zona envolvente (Vilarchão)	Requalificação da Escola Primária e zona envolvente (Vilarchão)	JF Vilarchão	50 000,00 €	PT2030/PRR	2027	2029	Média
v) Programa JF	Construção de Instalações sanitárias	Construção de Instalações sanitárias (Pombal)	JF Pombal e Vales	15 000,00 €	Junta Freguesia	2025	2029	Alta
w) Programa JF	Fonte iluminada com repuxo de água (Agrobom)	Fonte iluminada com repuxo de água (Agrobom)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereiro	7 500,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
x) Programa JF	Requalificação de Tanques de Lavar e Fontanários (Vales)	Requalificação de Tanques de Lavar e Fontanários (Vales)	JF Pombal e Vales	10 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
y) Programa JF	Requalificação de todas fontes da aldeia de Soeima	Requalificação de todas fontes da aldeia (Soeima)	JF Gebelim e Soeima	10 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média
z) Programa JF	Restauração dos Tanques de Lavar Roupa (Santa Justa)	Beneficiação e reativação dos Tanques de Lavar Roupa (Santa Justa)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	5 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média
aa) Programa JF	Restauração dos Tanques de Lavar Roupa (Gouveia)	Beneficiação e reativação dos Tanques de Lavar Roupa (Gouveia)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	5 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média

bb) Programa JF	Recuperação de fonte de mergulho do Crespo (Agrobom)	Recuperação de fonte de mergulho do Crespo (Agrobom)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereiro	4 000,00 €	PT2030/PRR	2030	2034	Baixa
1.2	HABITAÇÃO			3 529 161,93 €				
a) GOP-MAF	Aquisição / recuperação de edifícios no âmbito do 1º Direito	Aquisição / recuperação de edifícios no âmbito do programa de apoio à habitação a custos controlados - 1º Direito	Município	2 730 335,00 €	Município	2025	2034	Contínuo
b) GOP-MAF	APOIO A REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO A FAMÍLIAS CARENCIADAS (OUTRAS)	APOIO A REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO A FAMÍLIAS CARENCIADAS	Município	75 000,00 €	Município	2025	2034	Contínuo
c) GOP-MAF	REABILITAÇÃO ENERGÉTICA NO BAIRRO SOCIAL TRÁS DE CASTELO EM ALFÂNDEGA DA FÉ (OUTROS)	REABILITAÇÃO ENERGÉTICA NO BAIRRO SOCIAL TRÁS DE CASTELO (Alfândega da Fé)	Município	423 826,93 €	85 % FEDER, 15% Município	2025	2029	Alta
d) Programa JF	Projecto Casa Montenegro	Reabilitação da Casa Montenegro	JF Vilarelhos	300 000,00 €	Privado (1º Direito) / PRR	2025	2029	Alta
1.3.	AMBIENTE			445 363,78 €				
a) GOP-MAF	Centro Ambiental de Alfândega da Fé" - Candidatura AVISO-	Centro Ambiental de Alfândega da Fé" - Candidatura AVISO-Convite do Fundo Ambiental (VIADUTOS,	Município	349 458,00 €	Fundo Ambiental	2027	2029	Média

	Convite do Fundo Ambiental (VIADUTOS, ARRUEAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	ARRUEAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)						
b) GOP-MAF	Projeto LIFE - Construção de lago Natural e aquisição de equipamentos (VIADUTOS, ARRUEAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Projeto LIFE - Construção de lago Natural e aquisição de equipamentos	Município	79 905,78 €	Fundo (85%) / Município	2025	2029	Alta
c) GOP-MAF	Conservação e Limpeza Urbana (OUTROS INVESTIMENTOS)	Conservação e Limpeza Urbana	Município	13 000,00 €	Município	2025	2034	Contínuo
d) Programa JF	Colocação de um oleão (Vilarchão)	Colocação de um oleão (Vilarchão)	JF Vilarchão	3 000,00 €	Privado (Hard Level)	2030	2034	Baixa
1.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			214 152,55 €				
a) GOP-MAF	Ampliação de redes e grandes substituições de redes AA -Abastecimento de Água (CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA)	Ampliação de redes e grandes substituições de redes AA - Abastecimento de Água	Município	126 000,00 €	Município	2025	2034	Contínuo

b) GOP-MAF	Implementação de sistema de gestão e monitorização das redes de AA do Concelho (CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA)	Implementação de sistema de gestão e monitorização das redes de AA do Concelho	Município	400 000,00 €	Município	2025	2034	Contínuo
c) GOP-MAF	Subsistema de AA de Sambade, concelho de Alfândega da Fé (CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA)	Subsistema de AA de Sambade, concelho de Alfândega da Fé	Município	12 152,55 €	Município	2025	2034	Contínuo
d) GOP-MAF	Sistema de tratamento de água nascentes Serra de Bornes (CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA)	Sistema de tratamento de água - nascentes Serra de Bornes	Município	5 000,00 €	Município	2025	2034	Contínuo
e) Programa JF	Construção do depósito para água de consumo (Sardão)	Construção do depósito para água de consumo (Sardão)	JF Parada e Sendim da Ribeira	21 000,00 €	Município	2025	2029	Alta
f) Programa JF	Depósito atual (depois de contruído o novo) para armazenar água do furo,	Depósito atual (depois de contruído o novo) para armazenar água do furo, destinada ao regadio dos quintais (Sardão)	JF Parada e Sendim da Ribeira					

	destinada ao regadio dos quintais (Sardão)							
g) Programa JF	Instalação de ponto de água para uso agrícola (Cerejais)	Instalação de ponto de água para uso agrícola (Cerejais)	JF Cerejais	50 000,00 €	Junta Freguesia	2025	2029	Alta
1.5.	SANEAMENTO			284 646,00 €				
a) GOP-MAF	Ampliação dos coletores de descarga das ETAR's de Valpereiro e Soeima (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS)	Ampliação do coletor de descarga da ETAR de Soeima	Município	10 000,00 €	Município	2027	2029	Média
b) GOP-MAF	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais em Vilarchão (candidatura POSEUR) (SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS)	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais (Vilarchão)	Município	95 000,00 €	POSEUR (85 %); Município (15 %)	2025	2029	Alta
c) GOP-MAF	Sistema de tratamento de águas residuais em Santa Justa (candidatura POSEUR) (SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS)	Sistema de tratamento de águas residuais (Santa Justa)	Município	107 753,00 €	POSEUR (85 %); Município (15 %)	2025	2029	Alta

d) GOP-MAF	Sistema de tratamento de águas residuais em Vilares da Vilarça (candidatura POSEUR) (SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS)	Sistema de tratamento de águas residuais (Vilares da Vilarça)	Município	15 068,00 €	POSEUR (85 %); Município (15 %)	2025	2029	Alta
e) GOP-MAF	Sistema de tratamento de águas residuais em Vila Nova	Sistema de tratamento de águas residuais (Vila Nova)	Município	56 825,00 €	POSEUR (85 %); Município (15 %)	2025	2029	Alta
1.7.	PROTEÇÃO CIVIL			434 719,52 €				
a) GOP-MAF	TRABALHOS DE SILVICULTURA - LIMPEZA DE MATOS /DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR	TRABALHOS DE SILVICULTURA - LIMPEZA DE MATOS / DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR	Município / Juntas de Freguesia	343 752,50 €	Município / Juntas de Freguesia	2025	2034	Contínuo
b) GOP-MAF	Realização de Faixas de Interrupção de Combustíveis (FIC) em áreas não prioritárias, no âmbito da Prevenção de Fogos Florestais (VIAÇÃO RURAL)	Realização de Faixas de Gestão de Combustível em áreas não prioritárias	Município	55 967,02 €	Fundos (100 %)	2025	2034	Contínuo

c) Programa JF	Melhoramento e manutenção de todas as bocas de incêndio (Parada e Sendim da Ribeira)	Melhoramento e manutenção de todas as bocas de incêndio (Parada e Sendim da Ribeira)	JF Parada e Sendim da Ribeira	5 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2027	2029	Média
d) Programa JF	Construção de charcas, ou colocação de depósitos para dar apoio à rega e aos incêndios (JF Eucísia, Gouveia e Valverde)	Construção de charcas, ou colocação de depósitos para dar apoio à rega e aos incêndios (JF Eucísia, Gouveia e Valverde)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	30 000,00 €	PT2030 outros	2027	2029	Média
2.	FUNÇÕES ECONÓMICAS							
2.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA			38 519 410,00 €				
a) Presidente	Barragem e Regadio do planalto de Vilarchão-Parada	Construção da barragem de Gebelim + construção do regadio do planalto de Vilarchão-Parada.	Junta de Regantes da Camba e Vilarchão	19 300 000,00 €	PDR2030 / PNR	2027	2029	Média
b) Presidente	Ampliação do bloco norte do Aproveitamento Hidroagrícola da Vilariça – Vilaes da Vilariça	Construção da barragem do “Cerejal”, para ampliação do bloco norte do Regadio da Vilariça, para 200 hectares.	DRAPN / Associação Regantes Vale Vilariça	9 311 500,00 €	PDR2030 / PNR	2027	2029	Média
c) GOP-MAF	Intervenção e requalificação do regadio de Santa Justa-Vale da Vilariça (OUTROS)	Intervenção e requalificação do regadio de Santa Justa-Vale da Vilariça	Município	1 313 910,00 €	PNR	2027	2029	Média

d) Presidente	Reforço do Sistema da Bacia Hidrográfica da Esteveinha – Sambade, Vales e Alfândega da Fé	Construção da barragem de Vales (para reserva) + Regadio do planalto do Valongo	DGADR	8 000 000,00 €	PT2030 / PNR	2030	2034	Baixa
e) Presidente	Reforço do Sistema da Bacia Hidrográfica da Esteveinha – Sambade, Vales e Alfândega da Fé	Segurança da barragem da Esteveinha (reparação de fuga)	DGADR	400 000,00 €	PT2030 / PNR	2030	2034	Baixa
f) Programa JF	Manutenção dos caminhos rurais (Concelho)	Manutenção dos caminhos rurais (Concelho)	CM Alfândega / Juntas	100 000,00 €	Município / Juntas de Freguesia	2025	2034	Contínuo
g) Programa JF	Construção dos acessos em falta nos ribeiros (Vilarelhos)	Construção dos acessos em falta nos ribeiros (Vilarelhos)	JF de Vilarelhos	35 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2027	2029	Média
h) Programa JF	Construção dos acessos em falta nos ribeiros (Sambade, Covelas e Vila Nova)	Construção dos acessos em falta nos ribeiros (Sambade, Covelas e Vila Nova)	JF de Sambade, Covelas e Vila Novas	10 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média
i) Programa JF	Construção de armazém de apoio (Sambade, Covelas e Vila Nova)	Construção de armazém de apoio (Sambade)	JF de Sambade, Covelas e Vila Novas	15 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
j) Programa JF	Requalificação e cedência da casa da floresta de Gebelim	Requalificação e cedência da Casa da Floresta (Gebelim)	JF Gebelim e Soeima	30 000,00 €	PT2030 - Outros	2027	2029	Média
k) Programa JF	Novo caminho rural na margem da Barragem do Baixo Sabor (Cerejais)	Novo caminho rural na margem da Barragem do Baixo Sabor (Cerejais)	JF Cerejais	4 000,00 €	Medidas compensatórias DIA	2027	2029	Média

2.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA			1 850 525,13 €				
a) DUA	Antenas de Telecomunicações no concelho	Construção de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações (Cerejais, Eucísia, etc.)	Privados (vários)	200 000,00 €	Privado	2025	2034	Contínuo
b) GOP-MAF	MANUTENÇÃO E ALARGAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO (ILUMINAÇÃO PÚBLICA)	MANUTENÇÃO E ALARGAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO	Município	123 678,61 €	Município	2025	2034	Contínuo
c) GOP-MAF	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Ampliação (pólo 2) e requalificação (pólo 1) da Zona Industrial de Alfândega da Fé	Município	1 466 846,52 €	85 % FEDER, 15% Município	2027	2029	Média
d) Programa JF	Colocação de iluminação pública da aldeia até S. Benardino (Valverde)	Colocação de iluminação pública da aldeia até S. Benardino (Valverde)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	15 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
e) Programa JF	Iluminação LED nas ruas (Cerejais)	Iluminação LED nas ruas (Cerejais)	JF Cerejais	35 000,00 €	E-redes / Município	2025	2029	Alta
f) Programa JF	Instalação de rede wireless (Pombal e Vales)	Instalação de rede wireless (Pombal e Vales)	JF Pombal e Vales	10 000,00 €	Operadoras / JF / Município	2027	2029	Média
2.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			6 626 989,51 €				

a) DUA	Estrada Nacional 215	Beneficiação da EN 215 (no concelho)	Infraestruturas de Portugal	2 000 000,00 €	Estado - IP / Outros	2025	2034	Contínuo
b) DUA	Estrada Nacional 315	Beneficiação da EN 315 (no concelho)	Infraestruturas de Portugal	1 000 000,00 €	Estado - IP / Outros	2025	2034	Contínuo
c) GOP-MAF	PAMUS - Interface de passageiros e melhoria das condições de acesso junto da Escola EB1 e Centro de Saúde. (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Interface de passageiros junto da Escola EB1 e Centro de Saúde	Município	290 915,96 €	85 % Fundo, 15 % Município	2025	2029	Alta
d) GOP-MAF	PAMUS - Outras Áreas da Vila - Passeios (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Passeios e melhoria das acessibilidades em outras áreas da de Alfândega da Fé	Município	87 769,06 €	85 % Fundo, 15 % Município	2025	2029	Alta
e) GOP-MAF	ORDENAMENTO DO TRÂNSITO E PREVENÇÃO RODOVIARIA NO CONCELHO (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	ORDENAMENTO DO TRANSITO E PREVENÇÃO RODOVIARIA NO CONCELHO	Município	15 921,71 €	Município	2025	2034	Contínuo

f) GOP-MAF	REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS ESTRADAS DO CONCELHO (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS ESTRADAS DO CONCELHO	Município	159 452,55 €	Município	2025	2034	Contínuo
g) GOP-MAF	REPARAÇÃO DE VARIOS ARRUAMENTOS NO CONCELHO (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	REPARAÇÃO DE VARIOS ARRUAMENTOS NO CONCELHO	Município	27 500,00 €	Município	2025	2034	Contínuo
h) GOP-MAF	Pavimentações no concelho (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Pavimentações no concelho	Município	176 594,90 €	Município	2025	2034	Contínuo
i) GOP-MAF	Marcações + Medidas Acalmia (SINALIZAÇÃO E TRANSITO)	Marcações + Medidas Acalmia	Município	57 834,33 €	Fundo do Baixo Sabor	2025	2029	Alta
j) GOP-MAF	REABILITAÇÃO DA CANELHA DA COITADA (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E	REABILITAÇÃO DA CANELHA DA COITADA	Município	2 000,00 €	Município	2030	2034	Baixa

	OBRAS COMPLEMENTARES)							
k) GOP-MAF	Melhoria dos Acessos aos Lagos do Sabor (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Nó do IC5 para acesso direto ao novo Santuário de Santo Antão da Barca - melhoria dos acessos aos Lagos do Sabor	Infraestruturas de Portugal	850 000,00 €	Estado - IP / Outros	2027	2029	Média
l) GOP-MAF	Mobilidade Sustentavel nos Lagos do Sabor - Implementação de Pontos de Carregamento Elétrico (VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES)	Implementação de Pontos de Carregamento Elétrico nos Lagos do Sabor	Município	50 001,00 €	FC (roteiro das Barragens)	2027	2029	Média
m) Programa JF	Melhorar o acesso à aldeia de Covelas	Melhorar o acesso à aldeia de Covelas	JF Sambade, Covelas e Vila Nova	30 000,00 €	Município / Outros	2027	2029	Média
n) Programa JF	Melhorar as estradas da freguesia	Melhorar as estradas da freguesia (Pombal e Vales)	JF Pombal e Vales	70 000,00 €	Município / Outros	2027	2029	Média
o) Programa JF	Calçetamento do acesso e zona envolvente da Fonte da Silveira (Sendim da Ribeira)	Calçetamento do acesso e zona envolvente da Fonte da Silveira (Sendim da Ribeira)	JF Parada e Sendim da Ribeira		Junta Freguesia	2025	2029	Alta
p) Programa JF	Calçetamento do acesso até ao cemitério (Sardão)	Calçetamento do acesso até ao cemitério (Sardão)	JF Parada e Sendim da Ribeira	5 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média

q) Programa JF	Calçetamento da rua do Cima Gebelim)	Calçetamento da rua do Cima Gebelim)	JF Gebelim e Soeima	20 000,00 €	Junta Freguesia / Município	2027	2029	Média
r) Programa JF	Melhoramento dos caminhos até ao Santuário de Nossa Senhora de Jerusalém	Melhoramento dos caminhos até ao Santuário de Nossa Senhora de Jerusalém	JF Ferradosa e Sendim da Serra	15 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média
s) Programa JF	Calçetamento do acesso à capela de S.Sebastião (Eucísia)	Calçetamento do acesso à capela de S.Sebastião (Eucísia)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	5 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
t) Programa JF	Calçetamento do acesso ao cemitério (Santa Justa)	Calçetamento do acesso ao cemitério (Santa Justa)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	5 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
u) Programa JF	Fazemos o arranjo do espaço junto ao pontão da ribeira (Santa Justa)	Arranjo do espaço junto ao pontão da ribeira (Santa Justa)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	5 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
v) Programa JF	Requalificação da zona do Prado (Gouveia)	Requalificação da zona do Prado (Gouveia)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	5 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
w) Programa JF	Requalificação da Estrada Municipal que liga Gouveia à Cardanha (Gouveia)	Requalificação da Estrada Municipal que liga Gouveia à Cardanha (Gouveia)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	600 000,00 €	Fundo Ambiental	2025	2029	Alta
x) Programa JF	Melhoramento do acesso à capela de Santa Marinha (Gouveia)	Melhoramento do acesso à capela de Santa Marinha (Gouveia)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	3 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
y) Programa JF	Requalificação da estrada Cabreira / Picões (Cabreira)	Requalificação da estrada Cabreira / Picões (Cabreira)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	900 000,00 €	Fundo Ambiental	2025	2029	Alta

z) Programa JF	Construção do estacionamento junto ao infoponto dos Lagos do Sabor (Cabreira)	Construção do estacionamento junto ao infoponto dos Lagos do Sabor (Cabreira)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde					
aa) Programa JF	Criar acesso ao Castro da Cabreira (Cabreira)	Construção de via de acesso ao Castro da Cabreira (Cabreira)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	3 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
bb) Programa JF	Requalificação da Estrada Municipal de acesso à aldeia (Valverde)	Requalificação da Estrada Municipal de acesso à aldeia (Valverde)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	75 000,00 €	PT2030 / Outros	2027	2029	Média
cc) Programa JF	Requalificação do Prado de Valverde	Requalificação do Prado de Valverde	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	5 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
dd) Programa JF	Reabilitar a Estrada Municipal desde o cruzamento com a EN 215 até à entrada da aldeia do Castelo (Alfândega da Fé)	Reabilitar a Estrada Municipal desde o cruzamento com a EN 215 até à entrada da aldeia do Castelo (Alfândega da Fé)	JF Alfândega da Fé	100 000,00 €	Município / Outros	2027	2029	Média
ee) Programa JF	Remoção do asfalto das ruas da aldeia e sua substituição por pavimento de cubos de granito (Agrobom)	Remoção do asfalto das ruas da aldeia e sua substituição por pavimento de cubos de granito (Agrobom)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereira	40 000,00 €	PT2030 / PRR	2027	2029	Média
ff) Programa JF	Calçetamento das entradas da aldeia (Valpereiro)	Calçetamento das entradas da aldeia (Valpereiro)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereira	10 000,00 €	Junta Freguesia	2025	2029	Alta

gg) Programa JF	Construção de cais de carga e descarga para veículos pesados / trailers (Vilarchão)	Construção de cais de carga e descarga para veículos pesados / trailers (Vilarchão)	JF Vilarchão	5 000,00 €	Junta Freguesia	2025	2029	Alta
hh)	Mapa de Ruído	Atualização do Mapa de Ruído	Município	8 000,00 €	Município	2025	2029	Alta
2.4.	TURISMO			4 500 000,00 €				
a) DUA	Hotel-SPA Alfândega da Fé – Serra de Bornes	Ampliação, aumentando o número de quartos e diversificando a tipologia dos alojamentos.	Privado	1 500 000,00 €	Privado	2025	2029	Alta
b) DUA	Aldeamento Turístico da Serra de Bornes	Construção de 17 moradias turísticas com piscina	Privado	1 500 000,00 €	Privado	2027	2029	Média
c) DUA	Aldeamento Turístico da Barragem de Sambade	Construção de 11 moradias turísticas, restaurante e piscina	Privado	1 500 000,00 €	Privado	2027	2029	Média
3.	FUNÇÕES SOCIAIS							
3.1.	EDUCAÇÃO			1 910 223,01 €				
a) GOP-MAF	Acordos de colaboração para intervenções de requalificação e modernização das instalações das escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário (ESCOLAS)	Reabilitação da Escola EB23/S de Alfândega da Fé - 2.ª fase	Município	1 910 223,01 €	7,5 % AC; 7,5 % AA; 85 % FEDER	2025	2029	Alta
3.2.	AÇÃO SOCIAL			1 869 115,00 €				

a) DUA	ERPI e SAD de Gebelim	Ampliação da capacidade da ERPI e SAD de Gebelim	Privado	405 383,00 €	Norte 2020 / PT2030	2027	2029	Média
b) DUA	ERPI e SAD de Parada	Ampliação da capacidade da ERPI e SAD de Parada	Privado	318 422,00 €	Norte 2020 / PT2030	2027	2029	Média
c) DUA	ERPI e SAD de Sambade	Ampliação da capacidade da ERPI e SAD de Sambade	Privado	89 310,00 €	Norte 2020 / PT2030	2027	2029	Média
d) DUA	CAO da Leque	Obra de ampliação do edifício para Centro de Atividades Ocupacionais	Privado	656 000,00 €	PT2030 / Outros	2027	2029	Média
e) Programa JF	Lar de Idosos / Centro de dia para idosos	Centro de Dia de Vilarés da Vilarça	JF Vilarés da Vilarça e Colmeais	400 000,00 €	PT2030 / Outros	2030	2034	Baixa
3.3.	CULTURA			1 315 800,00 €				
a) GOP-MAF	EEC PROVER TERRAS DE TRÁS OS MONTES - "Lagar D'Rei" (OUTROS)	Reabilitação do antigo edifício do "Lagar Del Rei" para espaço representativo do Município, Museu do azeite, gastronomia e venda de produtos locais	Município	1 144 800,00 €	85 % FEDER / Município	2027	2029	Média
b) GOP-MAF	Rotas dos Frescos e Pinturas Murais (OUTROS INVESTIMENTOS)	Rotas dos Frescos e Pinturas Murais	Município	6 000,00 €	85 % Fundo / Município	2027	2029	Média
c) Programa JF	Restauro das Pinturas Murais da Capela de Nossa Senhora do Rosário (Sendim da Ribeira)	Restauro das Pinturas Murais da Capela de Nossa Senhora do Rosário (Sendim da Ribeira)	JF Parada e Sendim da Ribeira	30 000,00 €	PT2030 / Fundo do Baixo Sabor	2027	2029	Média

d) Programa JF	Restauro das importantes Pinturas Murais da Capela de Nossa Senhora de Jerusalém	Restauro das Pinturas Murais da Capela de Nossa Senhora de Jerusalém	JF Ferradosa e Sendim da Serra	55 000,00 €	PT2030 / Fundo do Baixo Sabor	2027	2029	Média
e) Programa JF	Promoção do restauro das Pinturas Murais da Igreja Matriz (Valverde)	Restauro das Pinturas Murais da Igreja Matriz (Valverde)	DRCN / JF Eucisia, Gouveia e Valverde	30 000,00 €	PT2030 / Fundo do Baixo Sabor	2027	2029	Média
f) Programa JF	Restauro das pinturas murais da Capela de S.Geraldo (Valpereiro)	Restauro das Pinturas Murais da Capela de S.Geraldo (Valpereiro)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereira	30 000,00 €	PT2030 / Fundo do Baixo Sabor	2027	2029	Média
g) Programa JF	Restauro da Escola Primária (Vilarelhos)	Restauro da Escola Primária (Vilarelhos)	JF Vilarelhos	15 000,00 €	PT2030 /PRR	2030	2034	Baixa
h) Programa JF	Intervenção arqueológica no Castelo da Marruça	Intervenção arqueológica no Castelo da Marruça	JF Parada e Sendim da Ribeira	5 000,00 €	PT2030 Outros	2027	2029	Média
3.4.	DESPORTO, RECREIO E LAZER			2 407 510,47 €				
a) GOP-MAF	Criação do Parque Biológico da Ribeira do Nabo (PARQUES E JARDINS)	Reabilitação do Parque Verde + Parque Biológico da Ribeira do Nabo + Parque Infantil no Jardim Municipal - 3 fases	Município	1 123 264,47 €	COMPETE 2020 / Outros	2027	2029	Média
b) GOP-MAF	Obras de Requalificação e Beneficiação das Instalações da ARA, Piscinas Municipais e área envolvente (INSTALAÇÕES	Obras de Requalificação e Beneficiação das Instalações da ARA, Piscinas Municipais e recinto envolvente	Município	400 000,00 €	Município / Outros	2027	2029	Média

	DESPORTIVAS E RECREATIVAS)							
c) GOP-MAF	Bota-te a Andar - Criação e requalificação de trilhos pedestres em áreas protegidas (OUTROS INVESTIMENTOS)	Requalificação e implementação de trilhos pedestres	Município	6 246,00 €	FC / Município	2027	2029	Média
d) Programa JF	Criar uma zona pedonal junto à estrada nacional (Santinha até à albufeira de Sambade)	Zona pedonal junto à estrada nacional (Santinha até à albufeira de Sambade)	JF Sambade, Covelas e Vila Nova	60 000,00 €	PT2030 / Outros	2027	2029	Média
e) Programa JF	Construção do Parque de Merendas na envolvente da Barragem de Sambade	Construção do Parque de Merendas na envolvente da Barragem de Sambade	JF Sambade, Covelas e Vila Nova	5 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
f) Programa JF	Requalificar o recinto de jogos junto ao CIT	Requalificar o recinto de jogos junto ao CIT	JF Sambade, Covelas e Vila Nova	15 000,00 €	PT2030 / Outros	2030	2034	Baixa
g) Programa JF	Construção do Miradouro sobre o Vale da Vilariça (Pombal e Vales)	Construção do Miradouro sobre o Vale da Vilariça (Pombal e Vales)	JF Pombal e Vales	100 000,00 €	PT2030 / Outros	2027	2029	Média
h) Programa JF	Colocação de aparelhos de ginástica ao ar livre (Pombal e Vales)	Colocação de aparelhos de ginástica ao ar livre (Pombal e Vales)	JF Pombal e Vales			2027	2029	
i) Programa JF	Criação de Parque de Merendas (Vales)	Criação de Parque de Merendas (Vales)	JF Pombal e Vales	5 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2030	2034	Baixa

j) Programa JF	Criação de Percursos Pedestre de Parada ao Santuário (Parada e Sendim da Ribeira)	Criação de Percursos Pedestre de Parada ao Santuário (Parada e Sendim da Ribeira)	JF Parada e Sendim da Ribeira	5 000,00 €	PT2030 / Outros	2025	2029	Alta
k) Programa JF	Requalificação do espaço Parque Infantil (Parada)	Requalificação do Parque Infantil (Parada)	JF Parada e Sendim da Ribeira	10 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2027	2029	Média
m) Programa JF	Construção do Parque de Lazer junto aos Lagos do Sabor (Sendim da Ribeira)	Parque de Lazer nos Lagos do Sabor (Sendim da Ribeira)	JF Parada e Sendim da Ribeira	10 000,00 €	Fundo do Baixo Sabor / Outros	2027	2029	Média
n) Programa JF	Construção de minis parques infantis (Gebelim e Soeima)	Construção de pequenos parques infantis (Gebelim e Soeima)	JF Gebelim e Soeima	30 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
o) Programa JF	Manutenção dos espaços verdes e das ruas existentes nas aldeias (Gebelim e Soeima)	Manutenção dos espaços verdes e das ruas existentes nas aldeias (Gebelim e Soeima)	JF Gebelim e Soeima	5 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
p) Programa JF	Construção de Parque de Autocaravanas (Ferradosa)	Construção de Parque de Autocaravanas (Ferradosa)	JF Ferradosa e Sendim da Serra	20 000,00 €	PT2030 / Outros	2030	2034	Baixa
q) Programa JF	Criação do Parque de lazer (Ferradosa)	Parque de Lazer nos Lagos do Sabor (Ferradosa)	JF Ferradosa e Sendim da Serra	10 000,00 €	Fundo do Baixo Sabor / Outros	2027	2029	Média
r) Programa JF	Requalificação da Escola e espaço envolvente (Ferradosa)	Requalificação da Escola e espaço envolvente (Ferradosa)	JF Ferradosa e Sendim da Serra	5 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média

s) Programa JF	Construção do Miradouro na zona do Picoto (Picões)	Construção do Miradouro na zona do Picoto (Picões)	JF Ferradosa e Sendim da Serra	5 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
t) Programa JF	Construção de um pequeno espaço de Lazer na Fonte da Gricha (Eucísia)	Melhoramento do pequeno espaço de Lazer na Fonte da Gricha (Eucísia)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	5 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
u) Programa JF	Escola Primária como polo de atividades para a população (Valverde)	Escola Primária como polo de atividades para a população (Valverde)	JF Eucísia, Gouveia e Valverde	20 000,00 €	PT2030 / PRR	2030	2034	Baixa
v) Programa JF	Criação de um parque (no recinto da Escola Primária) com equipamento de ginástica exterior (Cerejais)	Criação de um parque (no recinto da Escola Primária) com equipamento de ginástica exterior (Cerejais)	JF Cerejais	15 000,00 €	PT2030 / PRR	2027	2029	Média
w) Programa JF	Reabilitação do Miradouro do Castelo (JF Alfândega da Fé)	Reabilitação do Miradouro do Castelo + Largo do Castelo (JF Alfândega da Fé)	JF Alfândega da Fé	500 000,00 €	PT2030	2027	2029	Média
x) Programa JF	Colocação de sinalética sobre o património público (em todo o Concelho)	Colocação de sinalética sobre o património público (em todo o Concelho)	Município / Juntas	30 000,00 €	PT2030 / PRR / Outros	2027	2029	Média
y) Programa JF	Espaço Verde, de Jogos Tradicionais e com Parque Infantil, na zona envolvente do edifício da Junta de Freguesia (Agrobom)	Espaço Verde, de Jogos Tradicionais e com Parque Infantil, na zona envolvente do edifício da Junta de Freguesia (Agrobom)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereira	3 000,00 €	PT2030 / Outros	2030	2034	Baixa

z) Programa JF	Construção do Miradouro Natural da Atalaia (Felgueiras)	Construção do Miradouro Natural da Atalaia (Felgueiras)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereira	5 000,00 €	PT2030 / Outros	2030	2034	Baixa
aa) Programa JF	Construção do Parque de Merendas junto à Barragem do Baixo Sabor (Vilarchão)	Parque de Lazer nos Lagos do Sabor (Vilarchão)	JF Vilarchão	10 000,00 €	Fundo do Baixo Sabor / Outros	2027	2029	Média
bb) Programa JF	Requalificação do Parque de Merendas (JF Vilares da Vilariça e Colmeais)	Requalificação do Parque de Merendas (JF Vilares da Vilariça e Colmeais)	JF Vilares da Vilariça e Colmeais	5 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2027	2029	Média
3.5.	ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS			456 589,00 €				
a) GOP-MAF	Protocolo para construção de Muro de Suporte do Cemitério de Sambade (FREGUESIAS)	Construção de Muro de Suporte do Cemitério de Sambade	Município	56 589,00 €	Município	2027	2029	Média
b) Programa JF	Ampliação Cemitério (Vilarelhos)	Ampliação do Cemitério (Vilarelhos)	JF de Vilarelhos	55 000,00 €	Município / Junta Freguesia	2027	2029	Média
c) Programa JF	Construção de Casa Mortuária (Vilares da Vilariça e Colmeais)	Construção de Casa Mortuária, em Vilares da Vilariça e em Colmeais	JF Vilares da Vilariça e Colmeais	50 000,00 €	Junta Freguesia / Município	2030	2034	Baixa
d) Programa JF	Obras de restauro necessárias à Igreja Matriz (Sambade)	Obras de restauro na Igreja Matriz de Sambade	JF Sambade, Covelas e Vila Novas	200 000,00 €	PT2030 / Outros / DRCN	2027	2029	Média
e) Programa JF	Arranjo dos Cemitérios (Parada, Sendim da Ribeira e Sardão)	Arranjo dos Cemitérios (Parada, Sendim da Ribeira e Sardão)	JF Parada e Sendim da Ribeira	7 500,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa

f) Programa JF	Melhoramento do acesso ao castelo da Marruça	Melhoramento do acesso ao Castelo da Marruça	JF Parada e Sendim da Ribeira	2 500,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
g) Programa JF	Requalificação das igrejas de Soeima e Gebelim	Requalificação das igrejas de Soeima e Gebelim	JF Gebelim e Soeima	20 000,00 €	Junta Freguesia	2030	2034	Baixa
h) Programa JF	Alargamento do cemitério de Soeima	Alargamento do cemitério de Soeima	JF Gebelim e Soeima	15 000,00 €	Junta Freguesia	2027	2029	Média
i) Programa JF	Restauro do Altar-mor da Igreja Matriz (Agrobom)	Restauro do Altar-mor da Igreja Matriz (Agrobom)	JF Agrobom, Saldonha e Valpereira	50 000,00 €	Junta Freguesia / Município	2025	2029	Alta

